

# jornal

OUTUBRO 2023

Federação Nacional da Educação

fne



PELA QUALIDADE DA  
**ESCOLA  
PÚBLICA**

**PENDÕES EM ESCOLAS**  
DE TODO O PAÍS

WWW.FNE.PT



# ÍNDICE

3, 4

EDITORIAL

5 - 32

AÇÃO SINDICAL

33 - 37

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO



38 - 55

INTERNACIONAL

56 - 58

SAÚDE

59

AGENDA



# EDITORIAL



## O mundo que nos rodeia

À nossa volta reina muita incerteza e muitas partes do planeta são já atormentadas pelo horror da guerra. Não podemos ficar indiferentes. E não ficamos. Serve esta observação para afirmar que temos consciência da relatividade das coisas e dos fenómenos que nos rodeiam. Muitas vezes focados no pormenor não olhamos para o óbvio.

Também o nosso sistema educativo vai como o mundo e, apesar de nos embrenharmos na barganha sindical do dia a dia e olhando para o sistema como um todo, todos vemos que as coisas não vão nada bem. Não importa termos sequer uma visão catastrofista ou idílica, importa, isso sim, olhar com realismo para os factos. Também a escolha dos factos deve ser realista e não emocional ou partidariamente impregnada.

As questões às quais temos estado continuamente atentos são:

- Como vai a vida dos nossos educandos enquanto educandos?
- Como vai a vida dos docentes enquanto docentes?
- Como vai a vida dos trabalhadores de apoio educativo enquanto trabalhadores de apoio educativo?
- Como vai a vida dos encarregados de educação enquanto encarregados de educação?

Se estas são perguntas que o movimento sindical tem tido sempre em cima da mesa, hoje outras se nos acrescentam e não são nem menos nem mais preocupantes, são, isso sim, um desafio ao qual teremos que dar respostas mais urgentes do que aquilo a que temos estado habituados, pois os avanços são avassaladores.

Hoje, é factual e não é já ficção científica, a "ALEXA" a "SIRI" e o "GOOGLE ASSISTANT", só para citar as mais conhecidas além do ChatGPT, já entraram em muitas salas de aula por este mundo fora bem como entraram nas salas de estudo e no ensino individualizado de diversas matérias e áreas científicas.

Perante tais avanços estamos preparados ou a preparar o nosso sistema para conviver com tal inevitabilidade?

Tais avanços vão afetar todos os agentes educativos do mesmo modo?

- Não o sabemos. Mas é preciso que todos os agentes do sistema educativo tenham tempo para refletir sobre estas questões.

A agravar a esta “revolução silenciosa” estamos na tempestade perfeita com a situação calamitosa em que se encontra o ensino público em Portugal. Tal situação calamitosa é “certificada” por instituições nacionais e internacionais de referência que olham para o nosso modelo e é verificado por todos nós quotidianamente. Não adianta de nada esconder tal situação.

Estamos convictos de que só com uma profunda análise do “estado-de-sítio” em que nos encontramos haverá serenidade para re-estabelecer a paz perdida e o mal-estar instalado entre todos os agentes e protagonistas dos assuntos da educação em Portugal.

A FNE tem um papel fulcral em todo este processo, e tem dado os seus contributos, pena é que o poder político não saiba, não queira, ou não tenha tido a capacidade de olhar, estudar e implementar o que tem sido proposto ao longo dos muitos anos em que se tem vindo a instalar o mal-estar generalizado em todo o serviço/sistema nacional de educação. Sabemos que um ensino de qualidade é sinónimo de futuro com qualidade e por isso não podemos nem queremos desistir de manter a paixão pela educação. Outros já desistiram, nós não. Portugal e o futuro dos nossos filhos exige empenho absoluto a todos e a cada um de nós.



**JOSÉ MANUEL CORDEIRO**  
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



# Semana Europeia dos Professores marcada por várias iniciativas

Na Semana Europeia dos Professores - iniciativa do Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE/ETUCE) em que se englobaram as celebrações do Dia Mundial do Professor - a FNE pretendeu, com um conjunto de iniciativas individuais e outras em convergência com os nove sindicatos da educação, reforçar a mensagem de homenagem sobre a importância do reconhecimento pela sociedade do papel fundamental que os professores desempenham, tendo estado sempre presentes e colmatando as enormes insuficiências tantas vezes sublinhadas no sistema de educação e formação, no qual tão pouco se tem investido, ao longo de tantos e tantos anos.

Por tudo isto e muito mais, o Dia Mundial do Professor é um dia que marca o reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses, pois só com educadores, professores, formadores e investigadores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor, de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.

O Dia Mundial do Professor celebra-se anualmente no dia 5 de outubro. Foi em 1994 que foi decidida pela UNESCO, juntamente com a Internacional da Educação, a celebração do Dia Mundial do Professor, a 5 de outubro de cada ano. Esta data foi escolhida para reconhecer a importância da declaração da OIT e da UNESCO sobre a condição dos trabalhadores docentes, concretizada em 5 de outubro de 1966.



**2-6 outubro** **Semana Europeia dos Professores**  
Os Professores de que precisamos para a Educação que queremos.

# Marca no calendário

**2 OUT** JUNTA-TE AOS QUE JÁ SE EXPRESSARAM  
**MENSAGEM AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
PORTAL PARA ENVIO DE MENSAGENS

**3 OUT** **CONCENTRAÇÃO\***  
11H30 - Lisboa  
Residência Oficial do 1.º Ministro

**4 OUT** **OUTDOORS**  
NAS ESTRADAS DE PORTUGAL

**5 OUT** **DIA MUNDIAL DO PROFESSOR**  
Conferência Internacional \*  
Depoimentos  
Vídeos  
Concerto  
Hastear da bandeira  
**Obrigado Professor!**  
www.obrigadoProfessor.pt

**6 OUT** **GREVE GERAL\***  
DOS PROFESSORES E EDUCADORES

\*Ação realizada em convergência com 8 organizações sindicais

**DIA MUNDIAL DO PROFESSOR** fne SPZC SDP SDPA



## **MENSAGEM AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

PORTAL PARA ENVIO DE MENSAGENS

**2 de outubro**

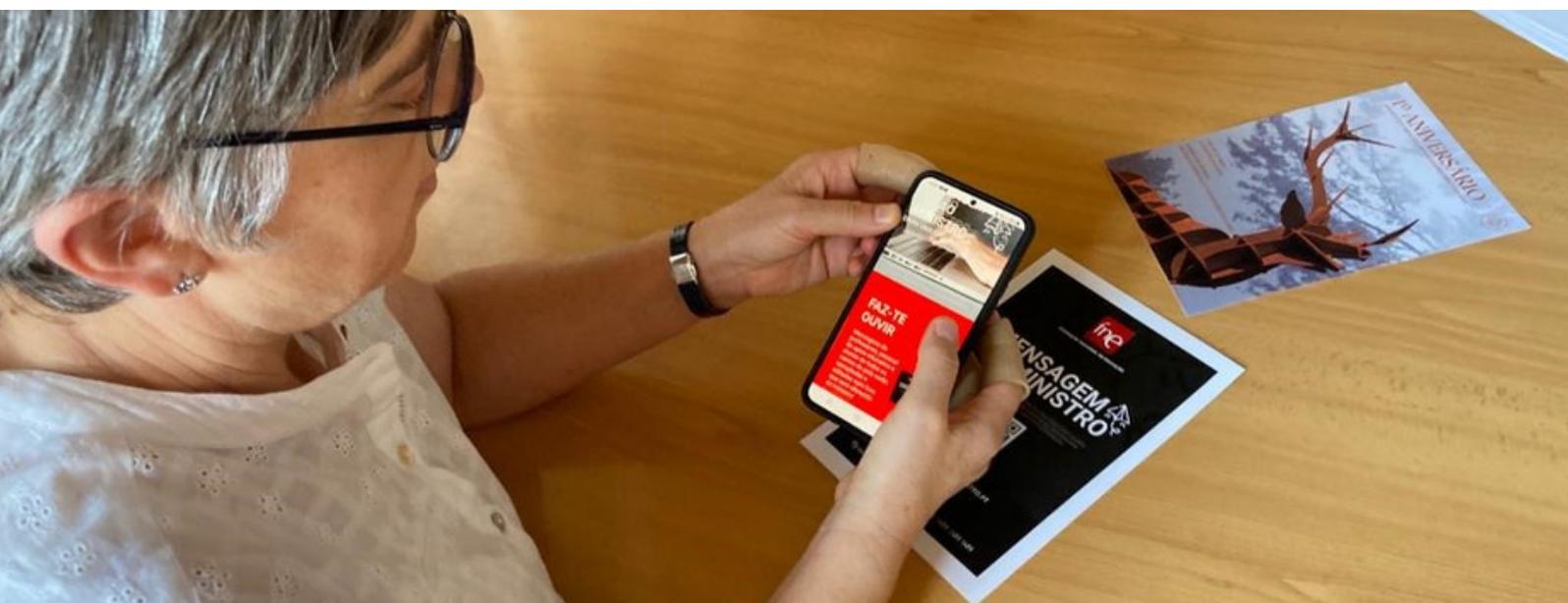
**"mensagemaoministro.pt" vai oferecer prenda de natal ao Ministro**

No seguimento das mais recentes iniciativas de protesto, a FNE avançou com a ação "mensagemaoministro".

Esta iniciativa teve início no dia 2 de outubro, data em que se iniciou a Semana Europeia dos Professores, e teve como base um site ([www.mensagemaoministro.pt](http://www.mensagemaoministro.pt)) em que alunos, docentes e pessoal de apoio educativo (PAE) podem deixar uma mensagem ao Ministro da Educação. As mensagens recebidas serão reunidas e publicadas num livro, que será depois oferecido ao Ministro da Educação por altura da época natalícia.

Na sequência da indisponibilidade manifestada pela tutela nas negociações, a página de internet criada pela FNE "mensagemaoministro.pt" oferece aos profissionais da educação e alunos uma oportunidade de se exprimirem e reforçarem a luta pelo reconhecimento e valorização daqueles que vivem e constroem a escola e que tão fundamentais são para um futuro melhor da nossa sociedade.

Esperamos que o Ministro da Educação leia atentamente as mensagens que os alunos, docentes e pessoal de apoio educativo lhe vão fazer chegar através do livro que lhe será oferecido no final do 1.º período do ano escolar 2023-2024.



# CONCENTRAÇÃO

11H30 - Lisboa  
Residência Oficial do 1.º Ministro

3  
OUT



**3 de outubro**

## FNE deixou recados a António Costa

Os nove sindicatos da educação em convergência realizaram uma Concentração/Plenário que culminou com a entrega na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, no Palácio de S. Bento, de uma Moção previamente votada e aprovada por unanimidade por todos os professores presentes neste protesto.

Em algumas palavras dirigidas aos muitos professores e educadores presentes, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, lembrou que "estamos aqui porque acreditamos estar a trabalhar por aquilo que é justo. Não estamos a pedir nada que não tenha sido dado a outros", acrescentando que "este governo não dá um sinal de respeito por aquilo que é o trabalho de milhares e milhares de professores e educadores deste país. Mas este governo assim não engana ninguém porque não está a respeitar os alunos, as famílias, nem a qualidade da educação", acrescentando a fechar que "António Costa é intransigente, mas se não se sente capaz de resolver os problemas de Portugal e da educação só tem uma coisa a fazer: vá embora!".

- **MOÇÃO**





## **OUTDOORS** NAS ESTRADAS DE PORTUGAL

### **4 de outubro** **OUTDOORS sobre educação pelas estradas portuguesas**

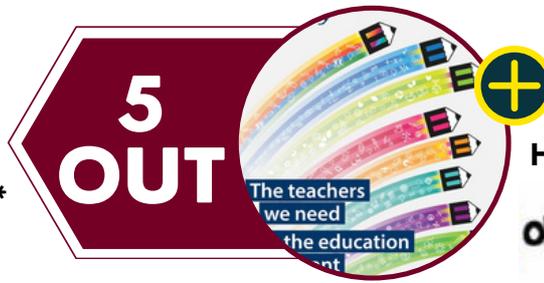
A primeira iniciativa deu-se em convergência, com a apresentação em Viseu de um dos vários outdoors que foram revelados pelo país com as razões da luta dos professores e quais as reivindicações que, se fossem satisfeitas, teriam um forte efeito no grave problema da falta de professores, mitigando-o e, em muitos casos, resolvendo-o.

Esta ação contou com a presença de vários dirigentes da FNE e de uma intervenção do Vice Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, presente no local: "O primeiro-ministro parece que tem uma 'pedra no sapato' com os professores e é importante que retire essa pedra para bem do sistema público de educação deste país".



# DIA MUNDIAL DO PROFESSOR

## Conferência Internacional \*



Depoimentos  
Vídeos  
Concerto  
Hastear da bandeira

**obrigadoProfessor**  
www.obrigadoprofessor.pt

**5 de outubro**

## Dia Mundial do Professor: Apelo ao investimento global na educação

Foi com o hastear da bandeira da iniciativa da FNE "Obrigado, Professor", na sede da Federação no Porto, que se abriram as celebrações do Dia Mundial do Professor a 5 de outubro. E o dia prosseguiu com um conjunto de iniciativas da FNE que passaram pela partilha de vários vídeos de dirigentes e professores com mensagens para o futuro da educação, além da participação na Conferência Internacional organizada pelos nove sindicatos em convergência.



A Internacional da Educação (IE) também deixou uma mensagem através do seu Secretário-Geral David Edwards e da sua Presidente, Susan Hopgood, referindo que "o acesso à educação de qualidade é um direito humano fundamental. É também fundamental para enfrentar os maiores desafios do nosso tempo, desde a erradicação da pobreza e a consecução da justiça social, até à luta contra as alterações climáticas. Os professores são fundamentais para esta visão do futuro".

Os dirigentes da IE lembraram ainda que "os professores são o coração da educação. No entanto, em muitos países, muitos estão a abandonar a profissão que amam e há menos jovens que desejam tornar-se professores. A UNESCO estima que o mundo precise de mais de 69 milhões de novos professores até 2030 e a escassez continua a aumentar. Uma ação urgente é imperativa".





Já Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, na mensagem com que marcou este dia, sublinhou "a importância dos professores na sociedade. Importância que existe porque somos incumbidos de realizar tarefas de grande responsabilidade para o desenvolvimento de crianças, jovens e do nosso país. Somos essenciais porque desenvolvemos uma atividade essencial para o desenvolvimento do conhecimento. O lema da IE este ano é «os professores que precisamos, para a educação que queremos». Pois bem: queremos uma educação de qualidade; carreiras valorizadas e condições dignas; queremos que os mais novos sintam vontade em ser professores e que os mais velhos sintam qualidade para a passagem de testemunho. E todos são precisos para esta tarefa. A frustração da esperança dos professores não pode ser ignorada e deve ser vista como um alerta. Não desistimos de lutar por uma educação de qualidade. Por tudo isto, no Dia Mundial do Professor, importa dizer: Obrigado Professor".





## **GREVE GERAL\*** **DOS PROFESSORES E EDUCADORES**

**6 de outubro**

**Greve geral de professores com 80% de adesão**

Os professores e educadores portugueses mostraram na enorme adesão à greve geral de 6 de outubro que compreenderam os motivos por que as suas organizações sindicais representativas – ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU – convocaram esta greve que contou com cerca de 80% de adesão.

A proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2024, que estava para ser apresentada dias depois, marcaria os passos a seguir. Se existisse disponibilidade para iniciar, progressiva e faseadamente, a resolução de problemas que se arrastavam e agravavam pela falta de soluções, o Ministério da Educação contaria com a inteira disponibilidade dos docentes e das suas organizações sindicais para dialogar e negociar; se continuasse a ser um OE que passasse ao lado da Educação e dos problemas das escolas e dos professores, nesse caso a luta continuaria, tão ou mais forte do que no ano letivo transato.

Ficava então nas mãos do Ministério da Educação e ao governo optar. Infelizmente, os sinais que iam chegando não deixavam os professores otimistas, mas os professores não toleraram a desconsideração e o desrespeito a que têm sido votados, pelo que continuarão a lutar pela profissão, pela Escola Pública e por uma Educação de qualidade.



**7 de outubro**

## **Música de Miguel Tela escreveu o fim da semana de celebração do papel do professor**

O concerto de Miguel Tela realizado no Porto, no Auditório do SPZN, que contou com a apresentação de Sérgio Ferreira - TVI, encerrou com alegria e poesia a Semana Europeia do Professor.

Depois do dia de Greve Nacional, com uma adesão expressiva dos professores, foi tempo de retemperar forças e cultivar a alma, com os temas interpretados pelo professor de Biologia que admite ver na música a sua maior paixão.

Por tudo isto e muito mais, o Dia Mundial do Professor é um dia que marca o reforço na busca pela valorização da vida profissional dos docentes portugueses, pois só com educadores, professores, formadores e investigadores prestigiados, valorizados e reconhecidos é que se estará a promover uma escola melhor, de qualidade, inclusiva e equitativa para todos.





# Negociação sobre habilitação para docência terminou sem acordo

A FNE e o Ministério da Educação iniciaram a 2 de outubro um processo de negociação relativo ao regime jurídico de habilitação profissional para a docência que prosseguiu a 10 do mesmo mês, culminando sem acordo.

No início da primeira reunião a FNE teve oportunidade de apresentar ao Ministério da Educação (ME) um conjunto de assuntos para os quais a tutela não tem dado respostas. A saber: Condições de funcionamento das escolas e resolução dos problemas que afetam os trabalhadores da educação; resolução dos problemas que afetam os técnicos especializados das escolas; prolongamento do prazo de permutas; período probatório; calendarização dos concursos; Decreto-Lei n.º 74/2023; orçamento de estado para 2024 e recuperação do tempo de serviço congelado.

Sobre estas matérias, a FNE lembrou os ofícios feitos chegar ao ME desde o dia 3 de agosto de 2023, os quais não obtiveram a resposta devida.

Quanto à questão das permutas, a FNE foi informada que estão a ser analisadas por forma a poder garantir o respeito pela lei e o interesse dos professores e das escolas.

Relativamente ao período probatório, o ME não manifestou disponibilidade para a dispensa do mesmo, referindo apenas a circular que prevê corrigir as questões remuneratórias.

Sobre a calendarização dos concursos - que a FNE quer ver o resultado das colocações até ao final do mês de maio - o ME disse estar a trabalhar por forma a garantir que as mesmas possam ser conhecidas ao longo do mês de junho de 2024.

Já sobre o Decreto-Lei n.º 74/2023, a FNE propôs a realização de uma reunião técnica que visasse clarificar todas as situações que têm sido feitas chegar aos seus sindicatos, para que possam ser corrigidos os problemas identificados e se necessário a abertura de um processo negocial que vise regulamentar e definir normas claras e transparentes, por forma a garantir que não existam ultrapassagens e que os docentes, por via de horários temporários e colocações ocorridas, sem ser da sua responsabilidade após o dia 1 de setembro, possam ter acesso aos mecanismos de aceleração. O Ministério da Educação acolheu a proposta da FNE para a realização de uma reunião técnica que deverá ser agendada nos próximos dias.





Quanto ao Orçamento de Estado (OE2024) e tendo em conta a proposta recentemente apresentada pelo PSD da recuperação da totalidade do tempo de serviço congelado de forma faseada durante 5 anos correspondendo cada ano a recuperação de 20% desse tempo, a FNE sugeriu ao ME que no âmbito do OE2024 possa desde já ser recuperada a primeira tranche correspondendo a 20% da totalidade do tempo de serviço congelado.

Sobre o DL do regime jurídico de habilitação profissional para a docência a FNE apresentou um **parecer** identificando aspetos potencialmente positivos e negativos, bem como um conjunto de considerações sobre os requisitos mínimos de formação para o ingresso e grupos de recrutamento.

**O processo negocial prosseguiu então a 10 de outubro na sede do Ministério da Educação (ME) em Lisboa.**

À saída, o Vice-Secretário-Geral da FNE, Manuel Teodósio, afirmou que "infelizmente, não temos acordo", mas a FNE continua disponível para negociar, sublinhando que "o documento que nos foi apresentado hoje tem aspetos que foram melhorados", pois teve em conta algumas das propostas da FNE, mas "continua bastante longe daquilo que entendemos que será o caminho para um acordo".

Uma dessas alterações é que o tempo de serviço do estágio passa a ser contabilizado para efeitos de concurso e progressão na carreira. No entanto, para Manuel Teodósio, a proposta da tutela só "converte em tempo de serviço metade do tempo", assumindo que "é melhor do que o que estava, mas não está garantida a equidade entre estagiários", referindo-se ao facto de "para uns ser contabilizado o tempo todo e para outros apenas meio tempo".



Além de pedir que o tempo de serviço realizado em estágio conte para efeitos de concurso e progressão na carreira, a FNE considera ainda que a remuneração dos estagiários não deve estar dependente do número de horas letivas, uma vez que o trabalho realizado pelos estudantes estagiários vai muito para além da componente letiva que terão de cumprir.

Outra das alterações é referente ao aumento do tempo dado aos orientadores de estágio para acompanhamento dos estagiários, que a FNE considera claramente insuficiente. Com um limite máximo de quatro estagiários por orientador, o Ministério da Educação propõe uma redução de três horas e mais uma hora por formando até ao limite de seis horas, enquanto a FNE entende que "devem ser atribuídas, pelo menos, três horas por cada estagiário que o professor tenha de acompanhar".

O Vice-Secretário-Geral da FNE assumiu que não houve abertura da parte do Ministério da Educação para continuar o processo negocial, mas a FNE continuará a envidar todos os esforços no sentido de dar continuidade à negociação da proposta do novo regime de habilitações profissionais para a docência, pelo que será pedida uma reunião suplementar.



## Reunião suplementar trouxe poucos avanços

E no final da reunião suplementar de 30 de outubro, Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE, reconheceu haver melhorias no documento apresentado pelo Ministério da Educação sobre formação inicial de professores, mas pediu novas reuniões por entender que ainda "há folga temporal para melhorar o texto".

O dirigente da FNE considerou que "foram melhorados critérios de rigor e exigência de formação dos futuros professores e por isso este novo documento é melhor do que o que tínhamos na última reunião", referindo-se a mudanças dirigidas a quem já dá aulas, mas apenas com habilitação própria. Relembre-se que a tutela queria isentar de estágio quem tivesse quatro anos de serviço, bastando-lhes fazer um relatório, mas nesta reunião suplementar anunciou que iria manter os critérios atualmente em vigor, ou seja "a isenção vai continuar a aplicar-se apenas a quem dá aulas há seis anos" afirmou Manuel Teodósio.

À saída deste encontro, a FNE considerou que ainda existem pontos que podem ser melhorados e, por isso, demonstrou ao ME a disponibilidade da Federação para continuar a negociar, até porque "há uma folga temporal para melhorar o texto, que só irá entrar em vigor em 1 de setembro de 2024", explicou o Vice SG.

"Esperamos que o nosso repto seja aceite, mas o ME não nos deu garantias disso. Na realidade, fechou a porta. Agora está exclusivamente nas suas mãos continuar ou não com as negociações", disse Manuel Teodósio em declarações à LUSA.

Já entre os pontos negativos a FNE apontou "as poucas horas semanais atribuídas aos professores cooperantes", ou seja, aqueles que acompanham os estagiários".

O representante da FNE lembrou também as críticas das instituições de ensino superior que vão formar professores, havendo muitas que dizem que "não estão, nem conseguirão estar, preparadas para as mudanças previstas" e outras que "não se revêm neste documento".

Por isso, Manuel Teodósio acredita que as negociações não podem ser dadas como encerradas até ser possível alcançar "o melhor texto possível para haver garantias de que irá funcionar em pleno".



**PELA ESCOLA PÚBLICA!**  
**INVESTIR**  
**NA EDUCAÇÃO**



**#InvestirNaEducação**



www.fne.pt

o futuro está na



escola fne

Associação dos Profissionais de Engenharia  
SPZC  
SOP  
CCPA  
SPE  
SPE  
SPE  
SPE

# Pedro Barreiros: "OE2024 é uma desilusão para os professores"

Segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2024, o Governo quer adaptar o programa de Apoio à Renda para poder subsidiar os professores colocados em escolas a mais de 70 quilómetros de casa.

Esta é uma das medidas previstas na proposta de Orçamento do Estado entregue no parlamento pelo Governo e surge na sequência da falta de docentes em algumas regiões do país, em especial nas áreas metropolitanas de Lisboa e no Algarve.

"Face à dificuldade de colocação de professores nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, ou qualquer outra região, onde os custos da habitação são mais elevados, o programa Apoio à Renda será adaptado e operacionalizado para subsidiar professores colocados nestas regiões que trabalhem em escolas a mais de 70 quilómetros da sua área de residência", lê-se na proposta da tutela.

E apesar de ainda se saber pouco sobre a forma como vão funcionar estes apoios que o Governo vai atribuir aos docentes colocados em escolas longe da residência e que gastem em alojamento mais de 35% do seu rendimento a FNE em declarações ao jornal "Expresso", manifestou-se sobre esta matéria e Pedro Barreiros assumiu que tem dúvidas sobre a eficácia desta medida: "Não acredito que vá ser eficaz", disse, acrescentando que na reunião entre Sindicatos e Ministério da Educação na véspera da apresentação do Orçamento do Estado nada foi concretizado sobre este ponto.

Já o relatório do Orçamento apenas revela que o programa de Apoio à Renda já existente "será adaptado e operacionalizado para subsidiar professores colocados nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, ou qualquer outra região, onde os custos da habitação são mais elevados".



Pedro Barreiros questionou o critério dos 70 quilómetros de distância da residência: "E se um professor morar a 69 km da escola onde foi colocado, já não tem apoio? E as distâncias também dependem muito das acessibilidades. Por outro lado, há uma contradição na mensagem do Ministério que diz ter reduzido as deslocações a que são sujeitos os professores dos quadros de zona pedagógica a um máximo de 50 quilómetros. Mas depois só apoia a partir de distâncias superiores", disse.

Para o Secretário-Geral da FNE, "o problema não se resolve com apoios que têm de ser pedidos e que colocam os professores numa "posição de dependência do Ministério da Educação, retirando dignidade ao exercício profissional", mas por via de "salários que lhes permitam garantir a sua subsistência" afirmou na edição de 13 de outubro do Expresso.

O líder da FNE lembrou também nestas declarações os resultados do único apoio concedido até agora pelo Ministério da Educação e que "se traduziu na disponibilização de 29 casas para arrendamento 'acessível', em Lisboa e Portimão, para professores. Candidataram-se 388 e, destes, apenas 15 foram selecionados. O Ministério também nunca explicou porque é que acabaram por não ser atribuídos todos os alojamentos, havendo tão poucas casas disponíveis e um número muito superior de candidatos". Mas o dirigente sindical apresenta algumas explicações possíveis. A começar pelo valor das tais rendas 'acessíveis', que em Lisboa oscilavam entre máximos de 600 e 1700 euros para um T0 a T5, respetivamente. "Se um professor receber pouco mais de €1000, é um valor impeditivo", disse.

Em jeito de balanço geral sobre o documento apresentado pelo governo para 2024, Pedro Barreiros, considerou que "o Orçamento não apresenta uma única medida que veja como positiva — é preciso esperar para ver se os investimentos previstos nas escolas se concretizam — categorizando este OE2024 como uma "desilusão".





SPZC  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO ENSINO SECUNDÁRIO



SDP  
SUL

SDPA  
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS  
PROFESSORES DOS AÇORES



SPCL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO ENSINO SECUNDÁRIO



WWW.FNE.PT

# CONSULTA NACIONAL

Condições de Abertura do Ano Letivo 2023-2024  
Educadores e Professores dos Ensinos Básico e Secundário



13 a 20 de outubro

Página 22



afet





# Docentes dão nota negativa às políticas governativas

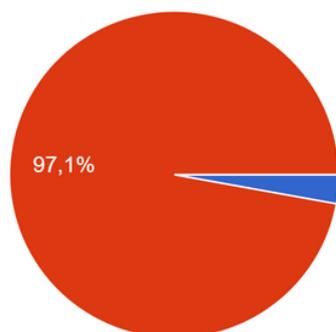
A Federação Nacional da Educação (FNE) desenvolveu entre os dias 13 e 20 de outubro uma Consulta Nacional online a docentes dos Ensinos Básico e Secundário, para recolher a opinião de educadores e professores portugueses em relação às suas perspetivas sobre a carreira, o reconhecimento profissional e sobre as condições de início do novo ano letivo.

Este questionário contou com participação de 2138 educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário de todo o país, um número idêntico ao da consulta do ano passado, que tinha sido de 2154.

De forma preliminar, como primeira análise, podemos avançar que as respostas a este inquérito revelaram um fortíssimo descontentamento em relação à remuneração sendo esta uma evidência incontornável: 97,1% (tinham sido 96,7% no ano passado) afirma que a sua remuneração não está ao nível das qualificações que são exigidas para o exercício profissional.

19. Considera que a sua remuneração está ao nível das qualificações que lhe são exigidas?

2 138 respostas

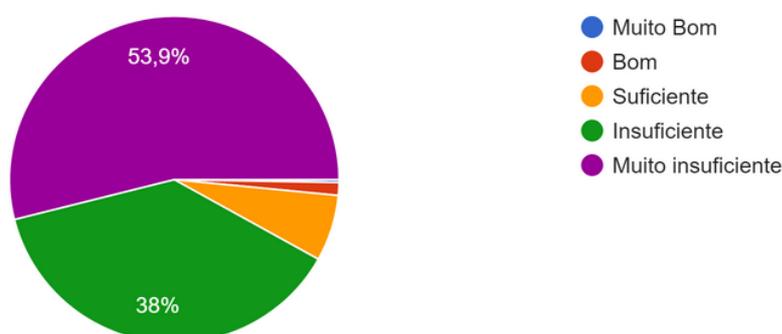


● Sim  
● Não

Já quanto às expectativas de carreira, assinala-se que 94% afirmam que são pouco ou nada atrativas. No ano passado, 56,5% diziam que eram decepcionantes e 39,7% que eram pouco atrativas.

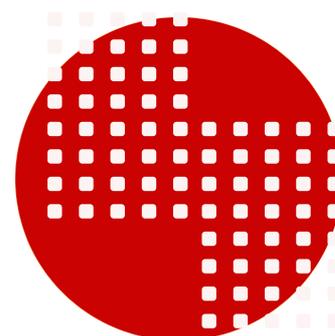
### 9. Como aprecia as opções do atual governo em matéria educativa?

2 138 respostas



De realçar que continua a ser muito expressivo o número de educadores e professores que não aconselharia um jovem a ser professor: 84,1%, o que é idêntico ao número do ano passado, 86,4%. Esta consulta procurou saber como é que os educadores e professores portugueses percebem o reconhecimento social pela profissão docente com 82,9% a considerarem que é negativo.

Os respondentes desta consulta deixaram ainda de novo o alerta de reprovação relativamente às políticas deste governo, sendo muito críticos em relação às opções do atual governo em matéria educativa, sendo que 91,9% afirma que são insuficientes e muito insuficientes. Já sobre outras questões como por exemplo a concordância com a utilização dos telemóveis pelos alunos na sala de aula nas disciplinas que leciona, 67,9% concorda e 32,1% discorda.



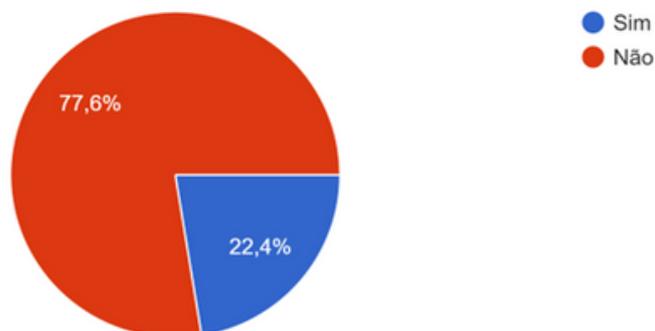


E tal como nas duas últimas consultas relativas à abertura e ao balanço do ano letivo 2022/2023, que revelaram como principais preocupações dos docentes o excesso de trabalho e uma excessiva carga burocrática, também esses dados se voltaram a refletir com uma forte denúncia do excesso de trabalho administrativo.

63% dos respondentes classificaram negativamente as medidas anunciadas para a desburocratização da atividade docente constantes de uma lista de simplificação definida pelo Ministério da Educação com 77,6% a afirmarem que na respetiva escola não foram adotadas medidas no sentido de diminuir a carga burocrática do trabalho que são chamados a realizar, sendo ainda extremamente preocupante que 65,9% dos respondentes (eram “apenas” 48,9% no ano passado) diga que nem todas as tarefas que lhes são atribuídas se justificam.

### 21. Na sua escola já foram adotadas medidas no sentido de diminuir a carga burocrática do trabalho que realiza

2 121 respostas



A FNE vai agora proceder ao tratamento integral das respostas desta Consulta e os resultados serão posteriormente apresentados em data a anunciar.



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

# MENSAGEM AO MINISTRO



MENSAGENS DE PROFESSORES, PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO E ALUNOS DE TODOS OS CANTOS DO PAÍS SERÃO COMPILADAS E EDITADAS NUM LIVRO QUE SERÁ OFERECIDO AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO!

ENVIA A TUA



[WWW.MENSAGEMAOMINISTRO.PT](http://WWW.MENSAGEMAOMINISTRO.PT)





## Observador "Otimismo transformado em desilusão" *Pedro Barreiros*

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, foi o convidado da rubrica "Caderno de apontamentos" do jornal online, Observador, a 12 de outubro de 2023. Segue a transcrição desse momento.

«É hora de superar a desilusão e trabalhar para construir um sistema educativo sólido e justo, no qual os professores sejam valorizados e os estudantes recebam a educação de que precisam e merecem.

O ano letivo passado foi, inicialmente, marcado pela esperança, particularmente devido à promessa, feita pelo Governo, de implementação de mecanismos de correção de assimetrias na carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, que se deveriam ter traduzido, numa primeira fase, no reposicionamento na carreira de milhares de professores que foram ultrapassados por outros com menor tempo de serviço.

No entanto, o Decreto que delineava esses termos trouxe consigo uma linha de otimismo que rapidamente se transformou em desilusão. Constatou-se que a dita correção de assimetrias se alterou para a tal proposta de “mecanismos de aceleração em carreira” que, ao invés de corrigir as assimetrias e recuperar o tempo de serviço trabalhado e que continua congelado, apresentou-se como um dos maiores ataques à Carreira Docente. O Ministro da Educação assumiu publicamente que apenas 50% dos professores poderiam aspirar chegar aos últimos três escalões da carreira (constituída por 10 escalões), traduzindo-se num novo topo da carreira para os restantes 50%, que passaria a ser o 7.º escalão.

Olhando para o início deste novo ano letivo e para os meses que aí vêm, consideramos ser crucial superar os muitos problemas já identificados atrás. Neste sentido, reafirmamos ser crucial a revitalização do diálogo entre o Governo e as organizações sindicais representativas dos professores.

Queremos, urgentemente, o regresso à tranquilidade no funcionamento das nossas escolas, ultrapassando as circunstâncias que se verificaram ao longo dos últimos meses. A FNE reitera que não pode aceitar um tratamento que desconsidera a importância da carreira docente e prejudica os docentes que tiveram o seu tempo de serviço congelado.

## OBSERVADOR

É preocupante observar que o Governo está a demonstrar “teimosia” de forma continuada, ao não evoluir na sua abordagem. Isso coloca em causa a tranquilidade nas escolas, criando um ambiente de incerteza e descontentamento.

A frustração da esperança dos professores não pode ser ignorada. Pelo contrário, deve servir como um alerta para a ação de todos os envolvidos no sistema educativo. É urgente transformar a decepção em realização e oferecer uma educação de qualidade que todos merecem.

Nesse sentido, é necessário um compromisso renovado por parte do Governo em ouvir as preocupações legítimas dos professores e adotar políticas que promovam a valorização da carreira docente e a qualidade da educação em Portugal. O diálogo construtivo entre todas as partes interessadas é fundamental para encontrar soluções que beneficiem a comunidade educativa como um todo.

Além disso, é crucial abordar as questões pendentes relacionadas com a monodocência, a burocracia, o rejuvenescimento e atratividade da profissão, a indisciplina e violência em contexto escolar, a avaliação de desempenho docente, a formação inicial e contínua dos profissionais da educação, os sistemas de mobilidade e a clarificação entre a componente letiva e não letiva, os apoios fiscais para o alojamento e deslocações, entre outros. Reconhecer o trabalho árduo e dedicado dos profissionais da educação é um passo importante para restaurar a sua confiança e motivação. É crucial para atrair jovens para a profissão e garantir a continuidade daqueles que nela estão.

É igualmente essencial considerar o impacto dessas políticas no ambiente escolar e na qualidade do ensino. A estabilidade e a valorização da carreira docente desempenham um papel fundamental na atração e retenção de professores qualificados, o que, por sua vez, influencia diretamente a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

A FNE está comprometida em lutar pelos direitos e interesses dos educadores e professores e em assegurar que a educação em Portugal alcance os mais altos padrões de excelência. Continuaremos a trabalhar incansavelmente para garantir que as preocupações dos profissionais da educação sejam ouvidas e que as mudanças necessárias sejam implementadas para o benefício de todos.

Em resumo, não nos podemos permitir perder a oportunidade para corrigir os erros do passado e reafirmar o compromisso com a educação de qualidade. É hora de superar a desilusão e trabalhar para construir um sistema educativo sólido e justo, no qual os professores sejam valorizados e os estudantes recebam a educação de que precisam e merecem.

A FNE continuará a desempenhar o seu papel nesse processo e espera que o Governo também esteja disposto a agir em prol do bem-estar de todos os envolvidos na educação em Portugal».

# FNE apresentou Parecer sobre a 1.ª Edição do FCT Tenure

A FNE fez chegar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) um Parecer relativo à 1.ª Edição do FCT Tenure - projeto de aviso de apresentação de candidaturas.

Considerando que o FCT Tenure consiste num programa de financiamento criado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com o objetivo de promover a “contratação de doutorados exclusivamente para posições permanentes” em instituições do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), - entre as quais,

- Instituições de Ensino Superior (IES), Laboratórios Associados ou Laboratórios do Estado; Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de I&D;
- Laboratórios Colaborativos (CoLAB);
- Centros de interface tecnológicos;
- Infraestruturas de ciência e tecnologia;
- que tenham e manifestem necessidade nos seus quadros de doutorados para exercer funções docentes e ou de investigação, bem como ainda para doutorados que pretendam exercer essas

mesmas funções em território nacional a título individual, a FNE tece as seguintes observações:

- A FNE concorda genericamente com os objetivos do programa, o qual permitirá criar 1400 novos postos de trabalho permanentes nas Instituições por ele abrangidas, contribuindo para a diminuição da precariedade laboral;
- No que concerne ao propósito de combate à precariedade laboral, e dado que existe um elevado grau nas relações laborais, a FNE defende o reforço do programa proposto com outras medidas complementares que possam aumentar o número de doutorados contratados de forma permanente, na carreira de investigação nas Instituições de Ensino Superior ou noutras a ela associadas;
- Deverá ser incluído no programa a formação pedagógica obrigatória dos membros contratados e que vão desenvolver atividades de lecionação, devendo cada IES criar/estabelecer o seu próprio programa de acordo com as suas necessidades específicas.



# Aprender a ensinar: a importância do estágio pedagógico

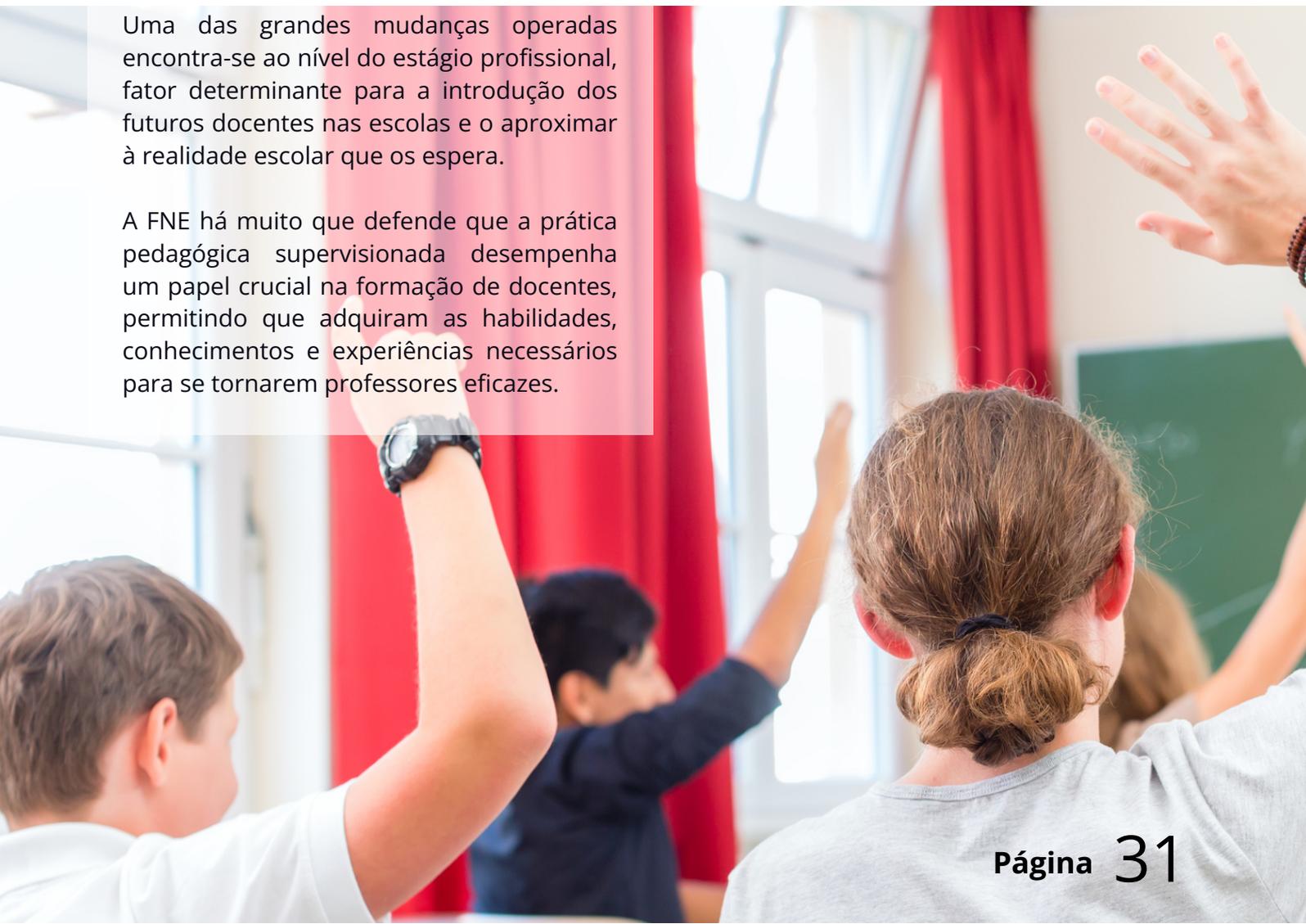


O novo diploma para conferir a habilitação profissional docente surge num momento em que urge formar novos diplomados, com competências que respondam às necessidades de uma sociedade em rápida mutação.

Não podemos atrair e reter os melhores sem os auxiliarmos, dentro dos espaços escolares, a crescer e a desenvolver o seu verdadeiro potencial, inseridos no meio onde irão desempenhar funções, ao longo de um ano letivo, rodeados e apoiados por quem possui a prática e o conhecimento adquirido durante longas carreiras, trabalhando colaborativamente com os seus colegas de estágio, os seus orientadores e todos os outros docentes com quem terão a oportunidade de partilhar vivências e ideias.

Uma das grandes mudanças operadas encontra-se ao nível do estágio profissional, fator determinante para a introdução dos futuros docentes nas escolas e o aproximar à realidade escolar que os espera.

A FNE há muito que defende que a prática pedagógica supervisionada desempenha um papel crucial na formação de docentes, permitindo que adquiram as habilidades, conhecimentos e experiências necessários para se tornarem professores eficazes.



É nesta indução ao trabalho escolar que se fortalecem questões inerentes ao querer ser professor, ao que é a escola, a carreira docente e à aprendizagem contínua.

O estágio é, sem dúvida, uma base fundamental no processo de formação, uma vez que é a componente de cariz mais prática e que dá oportunidade de interagir com a realidade e o dia a dia de uma escola. Permite que se compreendam melhor as complexidades do ambiente escolar, se desenvolvam estratégias de gestão de sala de aula e ajuda a familiarizar com as dinâmicas escolares. Este contacto com a realidade do ensino é inestimável, uma vez que a teoria aprendida durante a sua formação académica será enriquecida e contextualizada através da prática.

É durante o estágio pedagógico que o regular feedback dos orientadores permite identificar os pontos fortes e as áreas que precisam de melhoria. Este período ajuda à reflexão, permitindo autoavaliar permanentemente o seu trabalho pedagógico, os resultados da sua ação e a implementar os ajustes necessários para se tornar num melhor professor.

As mudanças que se pretendem colocar em curso não estão isentas de erros. Acreditamos que o estágio pedagógico faz parte integrante da formação inicial do futuro professor. Sem ele não há qualquer habilitação para a docência, não podendo por isso ser realizado em tempo inferior – só o acompanhamento dos alunos ao longo de todo o ano letivo permitirá que o estagiário reflita sobre as suas intenções educativas e as formas de as adequar ao grupo, prevendo situações e experiências de aprendizagem e organizando os recursos necessários à sua atividade – e muito menos ser substituído pela defesa de um relatório individual, negando assim ao futuro docente a supervisão do seu trabalho.

Não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação face à forma como estes estágios irão ser promovidos. A tutela não poderá ver os docentes em período de estágio como “tapa-buracos”, de forma a colmatar a falta de professores que se sente em algumas regiões, uma vez que esta prática poderá limitar o número de lugares para docentes do quadro, afastando-os – ainda mais – das suas residências.

**Maria Luisa Pires**  
**Margarida Isabel Madureira**  
**(SDPGL)**



WWW.FNE.PT

STAE  
ZONA NORTE

STAE  
ZONA CENTRO

STAE  
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

# CONSULTA NACIONAL

Condições de Abertura do Ano Letivo 2023-2024  
Trabalhadores de Apoio Educativo



3 a 10 de novembro



# O sentido da negociação coletiva



A negociação coletiva/contratação coletiva, como a Constituição da República Portuguesa (CRP) denomina no seu artigo 58.º, é um direito coletivo dos trabalhadores representados pelas associações sindicais.

Este direito tem de considerar-se um direito fundamental dos trabalhadores, previsto no artigo 17.º da CRP, incluído no regime dos direitos, liberdades e garantias, aplicando-se estes direitos fundamentais quer aos trabalhadores com relação jurídica de emprego, quer individualmente, quer às suas organizações.

Estes direitos são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas, nos termos do artigo 18.º da CRP.

Outro direito fundamental dos trabalhadores é o direito à greve, previsto no artigo 59.º da CRP, onde vem muito expressamente estabelecido que é garantido o direito à greve, não podendo a lei limitar esse direito.

Estabelece ainda este artigo que é aos trabalhares que compete definir o âmbito de interesses a defender através da greve, porque a nossa lei fundamental veio rejeitar que através da lei se limitasse esse âmbito.

Portanto a CRP rejeitou que se condicionasse a greve à defesa e prossecução dos interesses estritamente profissionais, podendo assim os trabalhadores decretar greve para salvaguarda dos direitos fundamentais, greve de solidariedade, greve de pressão contratual e inclusivamente as greves políticas.

Regressando ao título deste artigo, "O sentido da negociação coletiva", recordo-vos que a FNE e os seus sindicatos encontram-se integrados na UGT, uma central sindical que tem como escopo, no âmbito da luta sindical, o alcançar acordos com as entidades empregadoras, através da negociação coletiva.



Os STAAEs são sindicatos fundadores da FESAP, frente sindical que tem desenvolvido e continua a desenvolver intensas negociações com o Ministério das Finanças e que tem alcançado razoáveis resultados positivos para os nossos associados.

O acordo plurianual que alcançamos com o governo só demonstra que numa negociação coletiva efetuada de boa-fé entre as partes se alcançam resultados positivos para as partes negociadoras.

Para reforçar as nossas palavras quanto ao acordo estabelecido com o governo, e no que respeita aos benefícios alcançados para as carreiras gerais, destacamos simplesmente as seguintes retribuições na base das carreiras gerais:

Assistente Operacional	2022	709.46€	2024	821.83€
Assistente Técnico	2022	757.01€	2024	922.47€
Técnico Superior	2022	1059.59€	2024	1175.45€

Temos variações de aumento de vencimento a partir de 10.9% até 14.5%.

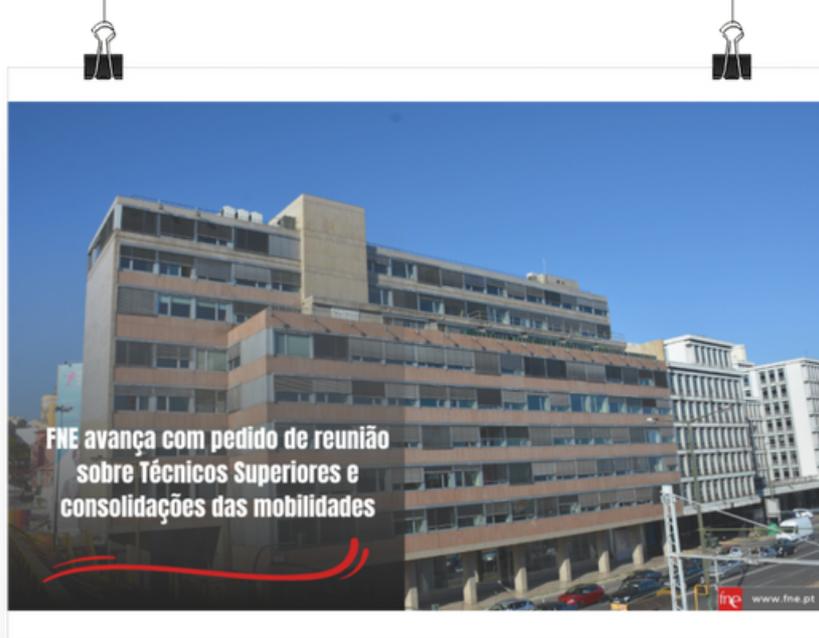
Ainda no âmbito da negociação coletiva com o Ministério das Finanças, acordamos já um diploma acelerador de carreiras, permitindo que quem tenha 18 anos de carreira e seis pontos da avaliação de desempenho em 2024 subirá uma posição remuneratória.

Poderão argumentar que poderíamos ter alcançado mais vantagens. É indiscutível que a FESAP pediu muito mais do que aquilo que está vertido neste acordo. Mas para haver acordo tem de haver um encontro de vontades, e esse foi o encontro possível.

Os STAAEs integrados na FESAP têm consciência que no âmbito das carreiras gerais da Administração Pública existe alguma paz social por causa do acordo em questão. É isso que nos motiva enquanto sindicatos da FNE e da UGT, a continuar a negociação coletiva na Administração Pública, para a melhoria das condições sociais dos nossos associados.

***Doutor João Gois Ramalho***  
***Presidente do STAAE Zona Centro***





# FNE lembrou o ME sobre questão dos Técnicos Superiores e consolidações das mobilidades

A FNE fez chegar a 16 de outubro, ao Ministério da Educação (ME), um ofício em que manifesta o seu profundo desagrado com a falta de soluções apresentada pelo ME para a questão dos concursos relativos aos Técnicos Superiores e às consolidações das mobilidades.

Depois de ter procurado soluções através do envio de dois ofícios ao ME (25 de julho e 18 de agosto de 2023) a FNE reforça agora a sua preocupação com a situação extrema de Técnicos Superiores Especializados que se encontram em mobilidade e a contrato em agrupamentos de escolas de todo o país.

Em 29 de junho passado, a FNE enviou um documento ao ME onde expunha casos individuais destes profissionais da educação. O documento, intitulado “TSE em mobilidade – levantamento junho 2023”, foi remetido ao

ME conforme o articulado entre a federação e o próprio Ministro da Educação.

Em causa estavam pedidos de consolidação negada, a aguardar resposta ou ainda em processo de reanálise, por parte das direções das escolas em que esses TSE se encontram em mobilidade.

Sempre atenta às condições de trabalho dos associados dos seus sindicatos, a FNE relembra que a ausência de resposta relativa à mobilidade e à abertura de concurso para estes técnicos constitui uma fonte de instabilidade e precariedade, que não é de todo desejável nas escolas.

A FNE solicitou então através do envio de um ofício, uma reunião, a qual ficou apontada pelo Ministério da Educação para 7 de novembro, às 15h00.

24 NOV 2023



Dia Nacional do Pessoal Não Docente

Sede da UGT - Castelo Branco  
15h30 - 18h00

# A importância da *comunicação* dentro da comunidade educativa



FUNCIONÁRIOS  
ESCOLA  
TAMBÉM EDUCAM

STAE STAE STAE  
ZONA NORTE ZONA CENTRO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS





# Reunião da Rede do Clima da IE: Combustíveis fósseis e a petro-pedagogia

Uma agenda com oito pontos preencheu a 9ª Reunião da Rede do Clima da Internacional da Educação (IE), que decorreu no final do mês de setembro de 2023. A AFIET e a FNE estão comprometidas com os objetivos da Rede, que visa consciencializar e melhorar as questões da sustentabilidade e das mudanças climáticas, através da Educação.

A reunião serviu para uma atualização da defesa internacional dos sindicatos da educação em prol das temáticas do Clima e da sua influência na vida das populações, em todo o mundo.

Jennifer Ulrick e Rebeca Logan (ambas da IE) tomaram as rédeas à reunião, que teve três momentos diferenciados, em primeiro lugar atualizações da sensibilização da campanha Teach for the Planet (Ensinar para o bem do Planeta): a Parceria para uma Educação Verde (The Greening Education Partnership) e a COP 28 – 28ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a realizar no Dubai, em 30 de novembro do corrente ano.

A IE procedeu a uma breve atualização sobre a Parceria para uma Educação Verde da UNESCO e os principais pedidos da comunidade educativa e dos sindicatos aos governos na preparação da COP 28. Sultan Al Jaber, Ministro da Indústria e Tecnologia Avançada dos Emirados Árabes e presidente da COP 28, referiu em audiência com o Papa Francisco, no dia 11 de outubro de 2023, que o grande objetivo da COP 28 é o de manter o aumento da temperatura dentro de 1.5°C e reduzir 22 gigatoneladas de emissões até 2030.

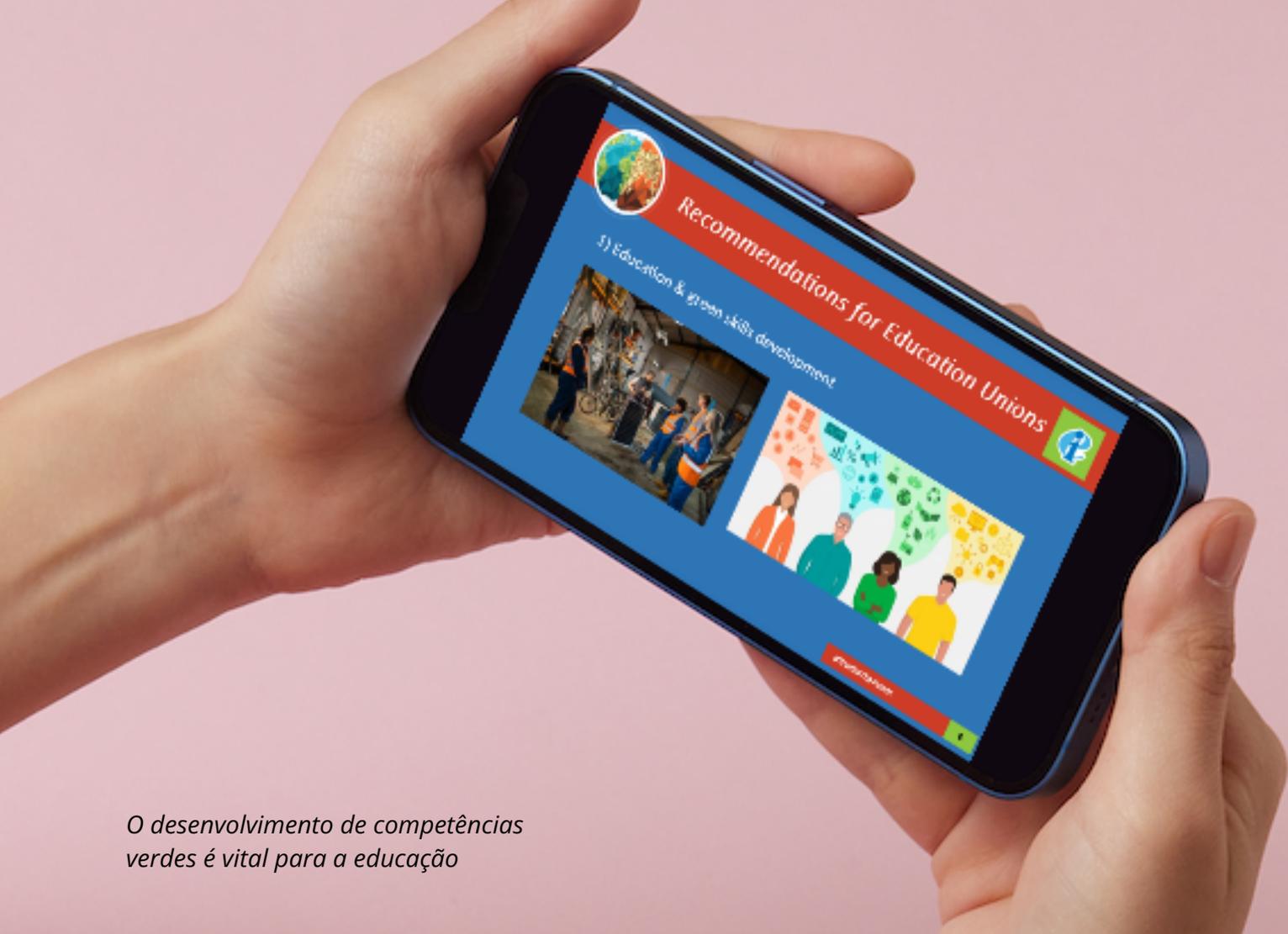
Sultan Al Jaber concluiu afirmando que “tinha chegado a hora de unir o mundo e agir em conjunto para oferecer soluções viáveis para a crise climática”. Por sua vez, o Papa Francisco publicou recentemente a exortação apostólica *Laudate Deum*, um grito de alarme, antes que seja tarde de mais, para conter as consequências da crise climática. Neste documento, o Papa exorta a um “multilateralismo de baixo para cima” e não esconde a sua decepção pelo facto de os compromissos assumidos não terem sido cumpridos e as emissões nocivas continuarem, por isso, a aumentar.

Jennifer Ulrick finalizou frisando que o objetivo maior da Parceria para uma Educação Verde é o de salvaguardar que todos os alunos e estudantes estão prontos para uma ação efetiva a favor do clima. As fontes alternativas de combustível são uma obrigação. Os sindicatos da educação podem agir nesta questão através de campanhas, de mudança de mentalidades e da construção de opções que melhorem a vida dos cidadãos e do planeta.



## *Fossil Fuel Subsidies: A Briefing for Education Unions*

*Zeynep Clulow, University of Cambridge*  
*[z.clulow@jbs.cam.ac.uk](mailto:z.clulow@jbs.cam.ac.uk)*



*O desenvolvimento de competências verdes é vital para a educação*

## **Mil milhões de dólares em Portugal**

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, considera a crise climática "uma batalha pelas nossas vidas", uma vez que continuamos a lutar para transformar as nossas sociedades de modo a alcançar a trajetória de 1,5°C recomendada pelo Acordo de Paris.

Em consequência, é necessária uma transformação rápida e radical a todos os níveis e em muitos aspetos da nossa vida, sendo a educação um meio central e poderoso para apoiar a adaptação e reforçar a resiliência dos alunos e das sociedades. É igualmente importante garantir que os sistemas de ensino se tornem mais resistentes às alterações climáticas, a fim de criar escolas seguras e resistentes ao clima.

A Cimeira "Transformar a Educação" da ONU confirmou que a educação deve ser transformada para responder à crise climática e ambiental mundial. Com base no conhecimento e na prática acumulados na Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), uma nova Parceria para a Educação Verde tem por objetivo desenvolver uma ação forte, coordenada e abrangente que prepare todos os alunos, docentes e trabalhadores de apoio educativo para adquirirem os conhecimentos, as competências, os valores e as atitudes necessários para combater as alterações climáticas e promover o desenvolvimento sustentável.

Refira-se a propósito que a temperatura média global da Terra aumentou 1°C, com a maior parte do aquecimento a ocorrer nos últimos 35 anos. Num inquérito da UNESCO, cerca de metade dos 100 países analisados não faziam qualquer referência às alterações climáticas nos seus currículos nacionais. Enquanto 95% dos professores dos ensinos básicos e secundário sentiram que o ensino das alterações climáticas é importante, embora apenas menos de 30% tivessem manifestado disponibilidade imediata para as ensinar.

O segundo momento da 9ª Reunião da Rede do Clima contou com a apresentação e debate sobre os “Subsídios aos combustíveis fósseis: o que são e porque é que os sindicatos da educação se devem preocupar?”, por Zeynep Clutow, da Universidade de Cambridge. A investigadora sublinhou que os subsídios aos combustíveis fósseis são o apoio ao consumo e produção desses mesmos combustíveis e que as despesas com tais subsídios são mais prejudiciais para a educação nos países pobres.

Entre as recomendações aos sindicatos da educação foram citados a promoção e desenvolvimento educativo e das competências verdes, a criação de confiança através da informação às partes interessadas sobre as soluções de compromisso e transparência, organizar as reformas dos beneficiários, escolher as vias mais fáceis, utilizando o conhecimento do terreno para as identificar e aceder a fóruns internacionais.

Após a apresentação sobre as principais conclusões deste novo estudo, os participantes questionaram Zeynep Clutow e partilharam a perspetiva dos seus sindicatos sobre a urgente e necessária reforma dos subsídios governamentais aos combustíveis fósseis. O FMI calcula que no ano passado, os subsídios aos combustíveis poluentes ultrapassaram os mil milhões de dólares em Portugal.

A quantidade de dinheiro público vertido para o carvão, petróleo e gás em 20 das maiores economias do mundo atingiu um recorde de 1,3 biliões de euros em 2022, mais do dobro que em 2019. Isto embora os líderes mundiais tenham concordado em eliminar gradualmente os subsídios “ineficientes” aos combustíveis fósseis na cimeira climática Cop26, há dois anos atrás, em Glasgow.

## Why should unions engage in a strategic fossil fuel divestment campaign?



## Petro-pedagogy in action: USA

- Produced by the Oklahoma Energy Resources Board and distributed among elementary school children
- Tells of the story of a school-age boy who suddenly finds himself in world without petroleum
- He treats this like a nightmare: his clothes, favorite soccer ball and ice cream are all gone.
- His teacher explains why fossil fuels are important for his life...



Education International  
Teach for the Planet



*A publicidade das grandes corporações fazem Petro Pete ver o pesadelo de um mundo sem petróleo: as suas roupas, a bola de futebol e os gelados desapareceram*

## Combustíveis fósseis e educação

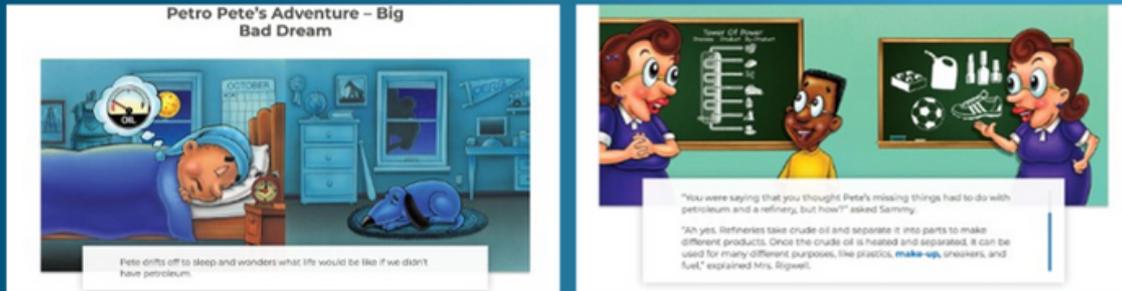
O terceiro momento da reunião foi a intervenção da investigadora de Barcelona Alanah Torralba à volta do "Rumo a uma Transição Justa na Educação: Um Guia Estratégico sobre Desinvestimento Fóssil para Sindicatos da Educação".

Alanah recordou que estávamos numa crise climática de 1,5 graus até 2100 e que o mundo precisava de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. No entanto, as empresas de combustíveis fósseis continuavam a usufruir de "licença social para operar".

Os sindicatos têm um papel crucial a desempenhar no desmantelamento de uma situação em que precisamos de uma transição justa. De facto, o desinvestimento em combustíveis fósseis pode abranger a rejeição da hegemonia dos combustíveis fósseis no setor da educação, na economia, na sociedade e, de modo mais amplo, na própria ideologia capitalista.

A investigadora passou depois a analisar o tema da influência da indústria de combustíveis fósseis no setor educacional. O caso mais gritante é o da **Petro-Pedagogia**. Para Alanah, a indústria tem sido capaz de definir a agenda dos currículos de educação científica em muitos países, influenciando não apenas o que os alunos aprendem sobre questões urgentes como as alterações climáticas, mas também as suas perceções sobre a função da educação, em geral - ou seja o neoliberalismo na educação.

# Petro Pete's Big Bad Dream



*A petro-pedagogia faz o jovem Pete sonhar com os benefícios que os combustíveis fósseis lhe podem dar*

A educação no âmbito STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) tem servido como um canal virtual para estudantes e para a indústria. Mas apenas 25% dos graduados naquelas áreas realmente seguem para as matérias que estudaram. Consequência: a **Petro-pedagogia** pode contribuir para a capacidade da indústria de impedir as políticas de ação climática.

A **Petro-pedagogia** está bem desenvolvida em campanhas de comunicação nos EUA, Austrália e Canadá. Neste último, a Petro-Pedagogia está a conseguir orientar os educadores para uma visão insular da ação climática. Grandes empresas como a Rolls Royce, a Agência Espacial do Reino Unido, a BP, a Fundação Vertex ou a Goldman Sachs financiam estas campanhas. A Petro-Pedagogia também é muito forte na Austrália.

As indústrias de petróleo, gás e mineração têm vendido desinformação anticientífica e climática em escolas e universidades com um sucesso moderado. As empresas de combustíveis fósseis estão igualmente a distribuir planos de aula, oferecendo workshops, seminários, conferências e materiais de aula aos professores. A Petro-Pedagogia também está muito presente em ações no ensino superior.

A promoção de biocombustíveis, rebatizando o "gás natural" como combustível-ponte e legitimando tecnologias de captura e armazenamento de carbono são soluções falsas. Para a IE, a dificuldade crescente de garantir financiamento para a investigação no meio académico significa que rejeitar abertamente o financiamento de empresas de combustíveis fósseis é uma questão controversa. Este é um dos desafios mais importantes da **TRANSIÇÃO JUSTA** para o setor da educação.

## Desinvestir em combustíveis fósseis

Alanah apresentou nove estratégias de desinvestimento em combustíveis fósseis pelos sindicatos e para os sindicatos: em primeiro lugar, investigar onde estão a ser investidos os fundos sindicais, previdenciários e outros. Em segundo lugar, apresentar oportunidades de (re)investimento alternativas e sustentáveis. Em terceiro, promover o diálogo sobre desinvestimento.

Outra estratégia é capacitar um defensor da “transição justa” dentro de cada sindicato. Ou construir os pontos de discussão e argumentos do sindicato sobre o desinvestimento de combustíveis fósseis. As restantes quatro estratégias são destacar as conexões granulares entre uma campanha de desinvestimento em combustíveis fósseis e campanhas de longa data contra a privatização na educação. Depois construir relacionamentos com aliados na comunidade e fortalecer a solidariedade internacional.

Os sindicatos têm também uma grande capacidade para influenciar os governos, instituições educativas e indústrias a resolver um problema transnacional como são as alterações climáticas. Por fim, a sua ação é igualmente relevante no aprimorar as táticas de diálogo social no que respeita à ação climática. Deste modo, os sindicatos estão bem posicionados para aceder aos governos e aos seus ministérios da educação e para exigir ações climáticas a vários níveis.





# 1º Congresso da CPLP-SE, em Amarante: Por uma educação de qualidade na Lusofonia

O 1º Congresso das organizações filiadas na Confederação Sindical de Educação dos Países de Língua Portuguesa — CPLP-SE decorreu no Cineteatro da cidade de Amarante, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2023, sob o lema “Inovar, Intervir, Fortalecer”.

Neste evento na cidade do Rio Tâmega, terra de Agustina Bessa Luís, Amadeo Souza Cardoso e Teixeira de Pascoaes, participaram representantes de trabalhadores da educação de seis países, a saber, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Prínci-

pe. Por motivos exteriores à organização, as delegações da Guiné-Bissau e de Timor-Leste não puderam comparecer à chamada.

O grande desígnio do congresso recaiu no fortalecimento do espírito de cooperação e de solidariedade sindical no espaço da lusofonia, com um foco muito especial no combate às diversas assimetrias e diferenças regionais nos sistemas de educação e formação e nas condições de vida e de trabalho de educadores, professores e outros profissionais da educação.

O dia 19 de novembro foi preenchido com uma conferência internacional alusiva ao tema “Nós fazemos escola” e com um jantar de boas-vindas aos congressistas e convidados.

Na sessão de abertura protocolar de 20 de novembro intervieram Ana Paula Rosa (OIT-Lisboa), José Augusto Cardoso (Secretário-Geral/SG da CPLP-SE), José Luís Gaspar (Presidente da Câmara Municipal de Amarante) e David Edwards (Secretário-Geral da Internacional da Educação – IE).

David Edwards sublinhou a relevância da campanha global da IE #Pela Escola Pública #Financiar a Educação e a necessidade de uma cooperação mais vincada no movimento sindical na lusofonia. Por sua vez, Rebeca Logan (IE) detalhou o desenvolvimento daquela campanha, focando as contribuições dos sindicatos da CPLP-SE ali presentes.

A meio da manhã, houve lugar a um painel com elementos do contexto-sindical, com uma breve apresentação temática de cada país/organização, dirigido pelo brasileiro Jefferson Pessi (IE).

Pedro Barreiros, SG da FNE, mencionou as lutas, os desafios e as reivindicações da FNE em Portugal, integrando as ações levadas a cabo em convergência com o G9 e colocando um tónico suplementar nas iniciativas sindicais próprias da sua federação.

Seguiram-se dois momentos de reflexão em três grupos de trabalho, seguidos por um plenário, com duas partes distintas: refletindo sobre a situação atual da CPLP-SE e reflexão sobre o caminho para propostas sindicais e educativas da lusofonia: como construir uma visão comum.

No primeiro, debateu-se a CPLP-SE como movimento, o que funciona e devemos manter e reforçar. Os temas fortes foram, entre outros, a autonomia e capacidade financeira, a comunicação, a formação sindical, a promoção da igualdade, diversidade, inclusão, as parcerias e alianças, o planeamento estratégico, as propostas comuns de políticas públicas, a representação dos interesses da profissão, a pesquisa, coleta e análise de dados ou a renovação sindical.





## “Carta de Amarante” visa o futuro

Os baixos salários e precárias condições de vida e de salários foram a principal queixa dos sindicatos africanos. Teodoro Muidumbe, SG da ONP de Moçambique, lamentou que o seu sindicato ainda não tenha sido reconhecido oficialmente pelo governo. Nas suas palavras, “temos que construir ações conjuntas com os nossos governos para mudar essa realidade”.

O foco do segundo momento foi a definição e partilha do futuro da CPLP-SE, com a indicação de ações prioritárias, naqueles mesmos itens anteriores.

O dia 21 de outubro começou com um painel à volta de elementos do contexto educativo e profissional. Cada organização sindical nomeou as principais políticas públicas e as principais mudanças ocorridas nos últimos anos na educação em seus países. O painel seguinte debruçou-se sobre a nossa situação profissional na atualidade. Os eixos de análise recaíram na governança, na carreira docente e na qualidade em educação, aqui em elementos como o currículo ou a avaliação de desempenho.

Uma reflexão final sobre a construção de uma visão comum para o futuro da CPLP-SE decorreu no início da tarde, em que pelas 16h30 decorreu a apresentação do Plano de Ação e da “Carta de Amarante”.

Na “Carta de Amarante”, a CPLP-SE reconhece que quase a totalidade dos governos aplica uma receita educativa comum. Essa receita inclui desinvestimento na escola pública; uma narrativa anti-sindical e obstáculos à prática sindical; a destruição dos direitos e benefícios conquistados pela luta; a promoção da privatização e da mercantilização da educação, além de tantos outros fatores que visam objetivamente reduzir direitos.



Os representantes sindicais reafirmam que o 1º Congresso foi um ponto de partida e que a caminhada será feita de forma conjunta e assumida por todas as entidades filiadas. Para a CPLP-SE, um melhor futuro para a educação pública, laica, não racista, não misógina, não machista, não homofóbica, inclusiva, democrática e um melhor futuro para a nossa profissão, está estreitamente ligado à nossa capacidade de inovar nas nossas ações, de intervir no debate político e de fortalecer as nossas organizações e os nossos sistemas educativos.

E que um movimento sindical representativo e de impacto só se constrói quando há capacidade e autonomia financeira; capacidade de comunicar de maneira eficaz com as nossas bases, com o governo, com empregadores e com a sociedade; formação sindical relevante e de qualidade; promoção sistemática da igualdade, da diversidade e da inclusão; capacidade de estabelecer parcerias e alianças que nos ajudem a atingir nossos objetivos.

E ainda a capacidade de realizar pesquisas relevantes que apoiem o nosso trabalho; o planeamento estratégico; a capacidade de desenvolver propostas de políticas públicas; a capacidade de representar os interesses da profissão na cena nacional,

regional e internacional; a renovação sindical, capacidade de inovar, de atrair e manter novos quadros no movimento.

Por fim, a CPLP-SE lamentou que os países que tanto falam em soberania esqueçam a soberania na hora de desenvolver políticas públicas de qualidade para a educação.

A representação da FNE no 1º Congresso da CPLP-SE foi constituída pelo SG Pedro Barreiros, Cristina Ferreira, Joaquim Santos, Josefa Lopes e Maria José Rangel. O Brasil foi representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e pelo Proifes.

Na manhã de 21 de outubro, os novos órgãos sociais da CPLP-SE ficaram assim consagrados: Secretariado Permanente: Heleno Araújo (Secretário-Geral) – CNTE; José Feliciano Costa – Fenprof; Alina Vaz – FNE; Abraão Borges – Fecap; Admar Jinguma – Sinprof; e Lúcia Dassala Chipuca – FSTECDCSA. Conselho Fiscal: Rosangela Gonçalves – Proifes; Vera Lombá – Sinprestp; e Teodoro Muidumbe – ONP/SNPM. Comissão Executiva: José Augusto Cardoso (Coordenador); Cristina Castro, Joaquim Santos, José Manuel Costa, Dulce de Carvalho, Nelson Cardoso e Vasco de Almeida.





## 6º Seminário da Aliança das Aprendizagens em Turim

A FNE participou no 6º Seminário para Países Parceiros da Aliança Europeia das Aprendizagens (EaFA), que decorreu nos dias 11 e 12 de outubro de 2023, em Turim, Itália, numa parceria da Direção-Geral da Comissão Europeia (CE) e da Fundação Europeia da Formação (ETF).

Mais de cem participantes de toda a Europa aceitaram o convite da organização, para debaterem o estado atual dos sistemas de aprendizagem duais, num programa que incluiu a visita a três escolas do ensino e formação profissional, envolvendo jovens e alunos do ensino secundário ao ensino superior.

A FNE foi um dos três relatores dessas visitas, no caso à Piazza dei Mestieri, essencialmente focada na inclusão e na diversidade, com alunos provindos de meios sociais mais desfavorecidos, alguns deles imigrantes da Europa ou de África. A escola recebe os alunos registados pelo município e providencia-lhes diversos cursos de formação em contexto prático, em diversas áreas do mercado de trabalho.

Chiari Riondini (CE) abriu a sessão, mencionando um contexto de eleições europeias na próxima primavera, as dificuldades que as companhias têm em determinar as competências mais adequadas para os seus formandos, a transição digital e a transição verde, todas elas envolvidas no contexto do Ano Europeu das Competências, em que ainda nos encontramos.

Por sua vez, Pilvi Torsti, Diretora da ETF, deu as boas vindas à Arménia e às novas organizações que se juntaram à EAfA em Turim. Uma palavra especial foi dirigida aos países candidatos à União Europeia ali presentes, incluindo países de África, como Marrocos, com quem a ETF tem desenvolvido um trabalho consistente no campo da capacitação das empresas e das pessoas. Entretanto, a CE continua o seu persistente trabalho com alguns países observadores.

A finalizar, Stefan Thomas (ETF) elogiou a região italiana de Piemonte (ao pé das montanhas) – cuja capital é Turim – referindo os seus mais quatro milhões de habitantes e o seu percurso de oferta de variados cursos de aprendizagem em contexto de trabalho e dos chamados apprenticeships, que permitem obter uma certificação escolar e profissional, privilegiando a inserção no mercado de trabalho, potenciada por uma forte componente de formação em empresas e o prosseguimento de estudos a nível superior.

Por este evento passaram apresentações e debates sobre a Lei Orgânica de Espanha para a Organização e Integração do EFP (Ensino e Formação Profissional), a importância dos professores, formadores e tutores, a necessidade de um diálogo social muito forte no setor, as questões da inclusão e da qualidade da aprendizagem, num setor ainda afetado por sintomas diversos que afetam a sua imagem e as opções feitas pelos formandos e pelas famílias.

Coube a Beatrice Rinaldi (CE) fazer a história dos dez anos da EAfA, que unem governos, regiões, empresas, sindicatos, câmaras de comércio e de indústria, provedores de cursos duais, professores e formadores, entre outros. Os dois maiores setores de atividade são o alojamento e atividades de serviços de alimentação (189 compromissos) e a Educação e Formação (170). Segue-se a construção civil (48) e as atividades profissionais, científicas e técnicas (36).





O evento foi uma oportunidade para os diferentes países trocarem as suas experiências e os seus desafios. No final da manhã do dia 11 de outubro foi apresentado o caso de sucesso da Região italiana de Piemonte, detentora de um elevado grau de industrialização.

Na parte da tarde decorreram três visitas: Piazza Dei Mestieri (uma fundação com fins educativos e de inclusão), ENGIM (provedor de formação para jovens e adultos) e Politécnico de Turim (com seus mestrados em parceria com o Grupo IVECO), cada uma com apresentações das escolas/companhias e debate com as respetivas gestões, professores, formadores, tutores e alunos.

O dia 12 foi preenchido com o debate sobre as três visitas, com a introdução inicial de três relatores escolhidos pela CE: Joaquim Santos (FNE - Portugal), Aneta Petrovski (Macedónia do Norte) e Mustafa Hilmi (Turquia). Cada visita de estudo teve um moderador da ETF. O painel final debruçou-se sobre os cursos de aprendizagem no ensino superior (níveis 5 a 8 no Quadro Europeu de Qualificações), sendo o nível 7 equivalente ao Mestrado e o nível 8 ao Doutoramento.

No encerramento do seminário, Chiari Riondini questionou-se como poderíamos fazer ainda melhor todos juntos, realçando a contínua necessidade de investimento nas qualificações e na entrada no mercado de trabalho para jovens e adultos na União Europeia.



## Em prol dos cursos de aprendizagem

Existem quatro tipos de organizações envolvidas na EAfA: os grandes empregadores, com mais de 250 trabalhadores (21.6%), provedores de formação (19.1%), parceiros sociais (12.7%) e organizações não governamentais ou sociedade civil (11.2%). Na distribuição por membros encontramos em primeiro lugar a Alemanha, seguida da Itália, Áustria, Irlanda, Portugal, Grécia, Polónia, Dinamarca, Noruega, Croácia, Islândia e Eslováquia.

Os membros da EAfA comprometem-se a focar o seu trabalho nos seguintes itens: aumentar o número de cursos de aprendizagem, melhorar a qualidade desses cursos, melhorar a imagem e promover a mobilidade dos formandos. Desde 2019, houve o compromisso de receber 7 282 formandos e enviar para países estrangeiros 7 167. Portugal tem sete membros na EAfA, um deles a FNE, outro a Câmara Municipal de Lisboa.

A EAfA é uma plataforma multilateral que visa reforçar a qualidade, a oferta e a imagem dos programas de aprendizagem na Europa e promover a mobilidade dos aprendizes. Estes objetivos são promovidos através da assinatura de compromissos nacionais e compromissos voluntários pelas partes interessadas.

A FNE assinou o seu compromisso em 2015, em Riga, na Letónia. Atualmente, a EAfA conta com quatrocentos aderentes, que já disponibilizaram 1. 372. 477 lugares para formação. Em 2022, registaram-se 382 novas adesões.

Como habitual, a organização deste evento foi de um alto nível de exigência.





## FNE em Madrid num projeto de inovação educacional

A exemplo de Portugal, muitos países buscam a transformação da escola, na senda dos caminhos apontados pela UNESCO em 2021.

Nesse sentido, a FNE participa no Grupo Consultivo do Projeto dos Empregadores Europeus da Educação (EFEE) e do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), no âmbito do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), intitulado “As Escolas como Instituições de Aprendizagem - Parceiros Sociais Europeus na Educação na promoção de modelos eficazes de gestão da qualidade e da inovação no setor da educação numa era pós-Covid-19”.

A 1ª Visita Entre Pares decorreu em 3 e 4 de outubro de 2023, em Madrid, e envolveu uma

visita ao Colegio católico de Santa Gema (público-privado), nos arredores da capital espanhola. A maior dificuldade do seminário foi a da definição/compreensão do conceito de inovação e do que ele realmente significa.

Vários países continuam a confundir inovação com fazer algo de forma diferente, quando na verdade inovar é descobrir processos que possibilitem melhorar a ação educativa, de uma maneira nunca antes realizada – ao nível nacional, regional, de escola ou na sala de aula. A inovação pode recorrer ou não a instrumentos digitais, mas é sempre algo difícil, persistente, intensivo e intencional. Logo, ouvirmos de alguém que os professores inovam todos os dias é puramente uma fantasia.

Na opinião de Crosscombe (2018), os movimentos de inovação educacional mascararam o consumismo como pedagogia, muitas vezes com o envolvimento de multinacionais. Um dos exemplos que ele dá é do retroprojektor nas escolas nas décadas de 1960 a 1990. O retroprojektor é examinado para demonstrar que a inovação educacional depende, para alguns setores, de um novo produto para as salas de aula e da crença dos adotantes de que a ferramenta, a tecnologia, mudará radicalmente a educação.

A inovação tornou-se então uma palavra de moda, uma trend buzzword. Para Crosscombe, os programas da Google, Apple ou Microsoft essencialmente criam embaixadores de marca, que promovem os produtos daquelas multinacionais a troco de nada ou muito pouco.

Neste seminário, a FNE insistiu em quatro pontos essenciais, quando o tema é inovação educacional: o primado da Pedagogia sobre a Tecnologia; capacitar-nos que a inovação faz parte de nós; a inovação é um processo complexo; e que os processos de inovação são absolutamente imprescindíveis para uma nova escola, aberta aos grandes desafios do presente.



“De onde parto? A pedagogia, no princípio, no meio e no fim.” Assim respondeu Joaquim Azevedo (2002) à questão: de onde devemos partir para a nova escola que precisamos? E Verdasca (2007): “O principado da Pedagogia deve ser o objeto da nossa missão, mesmo quando nos encontramos em processos de inovação, com ou sem o digital, com o foco no sistema educativo, na organização da escola ou na turma como unidade de análise”.

Já Carneiro (2003) falava de um sistema educativo orientado à inovação, equipado para enfrentar a proliferação da diversidade, com a seguinte força motriz: inteligência institucional, gestão antecipada da mudança, estratégias globais de aprendizagem e competência transnacional. Quanto às respetivas características principais ele nomeou, entre outras, a Negociação vs. a Imposição, Métodos de Gestão Horizontais e Pedagogias de Geometria Variável. Uma revisão de literatura sobre inovação educacional pode ser encontrada em Jesus & Azevedo (2020).





## Realidades diferentes na Europa

Chegados a uma concordância com o conceito de inovação, os participantes passaram a debater as seguintes questões: Como se processa a gestão da mudança na escola? Quem é o responsável e como é que as mudanças são implementadas? Como se processa a mudança de política? De onde provêm as novas iniciativas políticas (a nível nacional, regional, local)? Como é que os professores e os diretores escolares podem participar no processo de conceção?

Outras questões foram: Como é que os resultados da aprendizagem dos alunos e a qualidade do ensino são avaliados na sua escola / no seu país? Como é que os professores e os diretores estão preparados para a constante evolução dos contextos escolares? Como descreveria o impacto nas condições de trabalho dos professores e dos diretores das escolas e nos resultados educativos? Finalmente: de que tipo de formação necessitam os professores e os diretores das escolas neste contexto?

O debate foi muito enriquecedor e trouxe ao de cima as diversas realidades que se verificam nos países europeus, descritas e resumidas pelo húngaro Gyorgy Mészáros, investigador do projeto. O segundo dia do seminário foi cumprido com a visita ao Colégio católico de Santa Gema, seguido de um debate com o seu diretor e alguns professores. O traço mais denotado foi a adoção de projetos em unidades curriculares, agregando várias disciplinas.

Este projeto, liderado pela EFEE, tem previstas mais duas visitas entre pares: a Budva, Montenegro, em 28 e 29 de novembro, e a Budapeste, Hungria. A conferência final será em Bruxelas. O responsável da FNE no Grupo Consultivo deste projeto é Joaquim Santos.



### Bibliografia:

- Azevedo, J. (2002). *O fim de um ciclo? A educação em Portugal no início do séc. XXI. Coleção Em Foco. Edições ASA, Janeiro.*
- Carneiro, R. (2003). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem. 21 ensaios para o século XXI. Coleção FML, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia, Maio, 2ª Edição, p. 98.*
- Crosscombe, N. (2018). *Innovation. Brock Education Journal, 27(2), pp. 48-51.*
- Jesus, P., & Azevedo, J. (2020). *Inovação educacional. O que é? Porquê? Onde? Como? Revista Portuguesa de Investigação Educacional (20), pp. 21-55.*
- Verdasca, L.P. (2007). *A Dimensão e a estrutura composicional da turma como factores de proficiência escolar. Cadernos de organização e administração educacional - A turma como unidade de análise. Nº 1.*

# Depressão e exposição psicossocial no trabalho

Um estudo exclusivo da União Europeia sobre saúde mental no trabalho revela que quase dois em cada 10 casos de depressão são diretamente atribuíveis à tensão no trabalho. O projeto de investigação financiado pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI) conseguiu, pela primeira vez, estimar, em 35 países analisados na Europa, o número de casos e de mortes por depressão e doenças cardiovasculares, que podem ser diretamente atribuídas à exposição psicossocial no trabalho.

Esta nova investigação confirma que a exposição a riscos psicossociais no trabalho está na origem de certas patologias, como a depressão e as doenças coronárias. O estudo incidiu sobre cinco riscos psicossociais no trabalho claramente identificados na literatura científica: tensão no trabalho, desequilíbrio esforço-recompensa, insegurança no trabalho, horários de trabalho longos e assédio moral. Todos eles são facilmente detetados em profissionais da educação.

As frações atribuíveis (FA) da depressão foram todas significativas na UE28: tensão no trabalho (16%), insegurança no trabalho (9%), assédio moral (9%) e desequilíbrio esforço-recompensa (6%), apesar de se verificarem grandes diferenças de um país para outro. Por exemplo, em França, 19% dos casos de depressão são atribuíveis ao assédio moral no local de trabalho, enquanto em Espanha, 21% dos casos de depressão são atribuíveis à tensão no trabalho!





No que respeita aos resultados para bullying no local de trabalho verificou-se uma prevalência de 5% na Europa com diferenças entre os países. A Albânia, a Bulgária e Portugal tiveram a prevalência de exposição mais baixa (menos de 1%) e a França a prevalência mais elevada (acima de 10%). A FA atribuível ao bullying foi de 8% e foi significativa. Foram encontradas diferenças nas FA entre os países.

Desenvolvidas através da colaboração internacional entre uma equipa canadiana (ESG-UQAM) e uma equipa francesa (INSERM), as frações atribuíveis baseiam-se nos resultados do Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho (EWCS) de 2015, realizado pela EUROFOUND - Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, um organismo da União Europeia que constitui um núcleo de informação sobre questões de política social, incluindo condições de emprego e de vida, relações laborais e parceria e coesão social.

Estes dados significativos reforçam a necessidade de uma diretiva comunitária sobre os riscos psicossociais no trabalho", justificou Pierre Bérestégui, investigador do ETUI. "Todos estes novos dados mostram que o stress é mais do que uma questão individual de saúde mental", afirmou o investigador do CES Pierre Bérestégui.

A aplicação do acordo-quadro autónomo de 2004 sobre o stress relacionado com o trabalho nos Estados-Membros continua a ser irregular e o âmbito da proteção dos trabalhadores inadequado. A exposição aos fatores psicossociais do trabalho é modificável através de políticas preventivas que incidam na organização do trabalho e nas condições de trabalho e emprego.

## A pior combinação: ser mulher, jovem e menos instruída

O ETUI publicou um segundo relatório sobre as desigualdades na saúde relacionadas com as condições psicossociais de trabalho na Europa, que examina as mudanças nas desigualdades intersectoriais nas condições de trabalho e na saúde mental antes e durante a pandemia.

De acordo com a análise, entre os trabalhadores, as mulheres com um nível de educação mais baixo e com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos apresentam mais frequentemente sinais de depressão em várias condições de trabalho, em comparação não só com os homens mais velhos e mais instruídos, mas também com as mulheres mais velhas e mais instruídas.

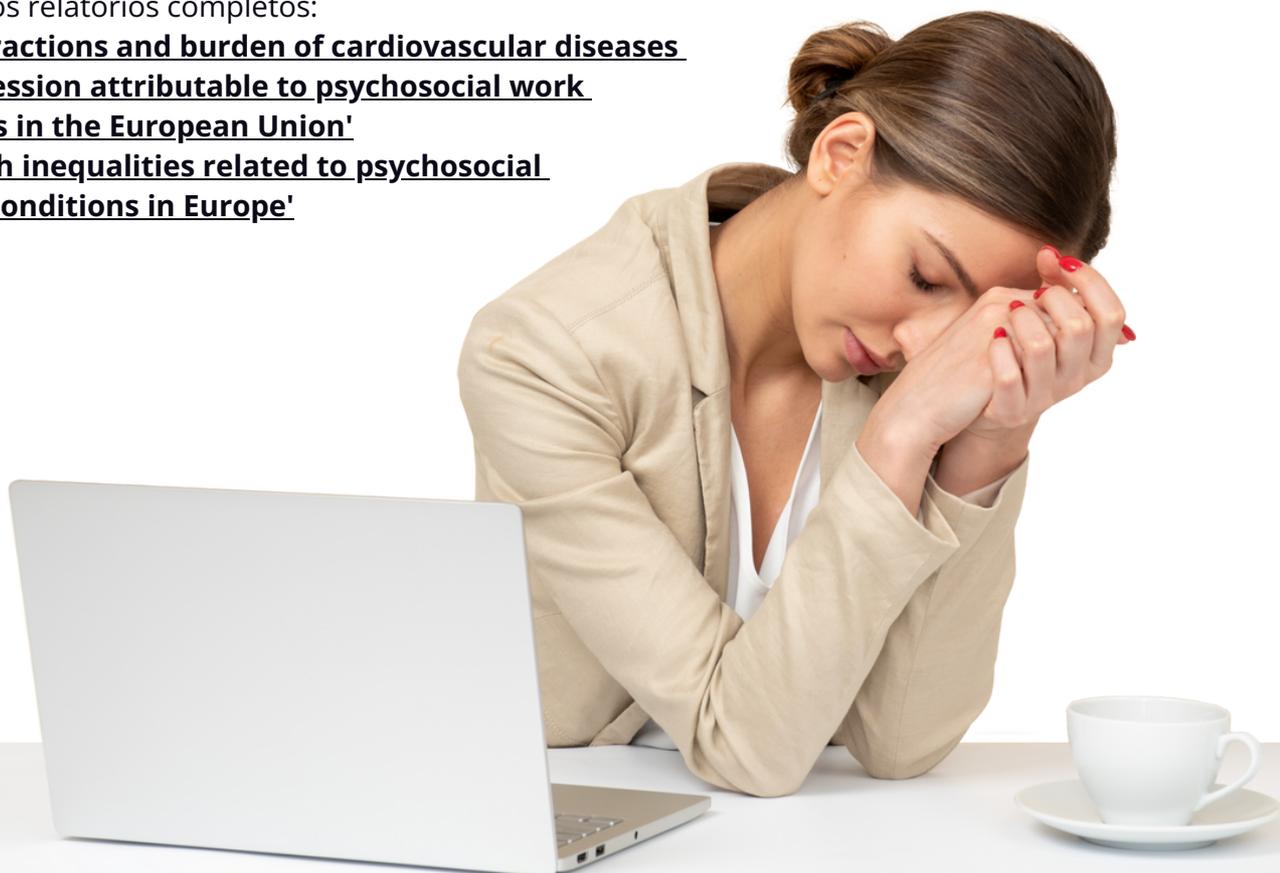
Em setembro de 2022, no seu longo discurso sobre o Estado da União, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou uma iniciativa sobre saúde mental para 2023, afirmando que se tinha inspirado significativamente nos resultados da Conferência sobre o Futuro da Europa.

Esta comunicação da CE foi finalmente apresentada em 7 de junho de 2023, mas apenas mencionou uma possível iniciativa futura da UE sobre os riscos psicossociais no trabalho, no âmbito de uma chamada nova abordagem global da saúde mental.

Porém, para os sindicatos esta pandemia silenciosa exige uma iniciativa mais forte. Por isso, apelam a uma diretiva da UE no domínio dos riscos psicossociais no local de trabalho e lançaram também uma campanha sobre esta questão com a Eurocadres (<https://endstress.eu/>)

Leia aqui os relatórios completos:

- **'The fractions and burden of cardiovascular diseases and depression attributable to psychosocial work exposures in the European Union'**
- **'Health inequalities related to psychosocial working conditions in Europe'**



# AGENDA

2

Aniversário da FNE

3 e 4

Fórum FNE 2023

6

Secretariado Nacional da FNE

7

Reunião sobre Técnicos Superiores e consolidações das mobilidades - ME

13

OE24 - Concentração na AR

24

Celebrações do DNTND

25

Conselho Geral da FNE

NOVEMBRO



# Fórum<sup>2023</sup>



## AS MUDANÇAS EM EDUCAÇÃO E OS SINDICATOS:

Ao nível do sistema educativo,  
da escola, da sala de aula e do  
desenvolvimento profissional

**PORTO**

3 E 4 NOV. 2023

**HOTEL IPANEMA PARK**

FICHA TÉCNICA

**OUTUBRO 2023**

**Proprietário**

Federação Nacional da Educação

**Diretor**

Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**

Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**

Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Sindicatos membros**

Sindicato dos Professores da Zona Norte \*

Sindicato dos Professores da Zona Centro \*

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e

Vale do Tejo \* Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*

Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

**Tesoureiro**

Mário Jorge

**Redação**

Rua Pereira Reis, 399

4200-448 Porto

tel. 225 073 880

www.fne.pt

secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e**

**paginação**

Rafael Marques

